

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.992 - SP (2019/0024254-8)**

AGRAVANTE : HAMILTON DAMASCENO FERREIRA  
ADVOGADOS : SALVADOR LISERRE NETO - SP036974  
HELOISA MARIA MANARINI LISERRE NAJJAR -  
SP239085  
FAUAZ NAJJAR - SP275462  
AGRAVADO : DELTA AUDITORES ASSOCIADOS SC LTDA - ME  
ADVOGADO : SILVIA CRISTINA PEREIRA SANTOS E OUTRO(S) -  
SP305905  
AGRAVADO : MUNICIPIO DE HORTOLANDIA  
ADVOGADO : PAULO CÉSAR MAZIERI E OUTRO(S) - SP106532

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por HAMILTON DAMASCENO FERREIRA contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 195):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Decisão que indeferiu incidente de expedição de ofício requisitório - Possibilidade - Ausência de comprovação da substituição processual ou sub-rogação, mas tão somente, determinação de reserva de valores, por ocasião do pagamento - Decisão mantida - Recurso desprovido.

Os sucessivos embargos declaratórios opostos foram eles rejeitados (fls. 209-211 e 218-220).

Em suas razões recursais especiais, Hamilton Damasceno Ferreira aponta violação, pelo acórdão recorrido, do art. 131 do CPC/73 e dos arts, 371, 489, I, II, § 1º, II, e 573 do CPC/2015, alegando que o acórdão *a quo* limitou-se a reproduzir o teor despacho agravado, no sentido de que o recorrente não comprovou a sub-rogação dos direitos.

Aduz que penhora sem embargos à execução não caracterizaria sub-rogação e que o credor - recorrente - não poderia "agir como sucessor" do executado.

Ofertadas contrarrazões às fls. 232-234, o recurso não foi admitido (fl. 236), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O acórdão objeto do presente recurso foi prolatado em sede de

agravo de instrumento, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mantendo a decisão agravada sob o argumento de que não haveria que se falar em expedição de ofício requisitório diretamente em favor do ora agravante, mas tão somente, que fosse resguardado o seu crédito, por meio de reserva de valores, quando fosse efetuado o pagamento do precatório nos autos principais.

O Tribunal recorrido entendeu que o direito do agravante deveria ser respeitado na ocasião em que fosse efetuado o pagamento do crédito objeto da ação principal, quando então deveria ser reservado os valores que lhe eram devidos, nos moldes da decisão agravada, proferida em novembro de 2013, sobre a qual a operou-se a preclusão (fl. 197).

Veja-se que a decisão monocrática já explicava que a situação acerca da eventual substituição processual ou sub-rogação dos direitos não poderia ser analisada e decidida na restrita via incidental (fls. 12-13), que dirá nesta instância, na via do recurso especial.

Dessa forma, para rever a posição adotada pela instância ordinária, e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame dos referidos elementos fáticos-probatórios, indo de encontro às convicções do julgador *a quo*. Incide, na hipótese, o óbice sumular n. 7/STJ.

Ademais, o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, acerca da preclusão da decisão proferida em 2013, que efetivamente deliberou sobre a reserva de valores para o agravante, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283. É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284. É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator